

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2005**

--- Aos vinte e oito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Óbidos, com a presença dos Senhores Dr. Telmo Henrique Correia Daniel Faria, Pedro José de Barros Félix, Engenheiro José Rodrigues Machado, Engenheiro Humberto da Silva Marques e Dr. Paulo Manuel Timóteo Leandro, respectivamente Presidente e Vereadores. -----

---Encontravam-se ainda presentes os funcionários, Engenheiro Carlos João Pardal Carvalho - Técnico Superior Assessor Principal, Paula Salvador - Arquitecta, Maria Ondina Cabral dos Santos Branquinho - Chefe de Secção de Obras Particulares e de Loteamentos, Octávio de Sousa Pinto - Fiscal Municipal e Dr. Pedro Castro - Consultor Jurídico.-----

--- Pelas quinze horas e dez minutos o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, tendo-se entrado de imediato no PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Senhor Presidente leu a ordem do dia da presente reunião, tendo solicitado a autorização da Câmara para que os assuntos referidos mais adiante fossem incluídos por urgência de deliberação imediata. --- *A Câmara, por unanimidade, reconheceu a urgência de deliberação imediata.* -----

--- Foram aprovadas as actas números dezoito, dezanove e vinte, respectivamente dos dias cinco de Setembro, dezanove de Setembro e três de Outubro de dois mil e cinco, por maioria, com dois votos a favor e as abstenções dos Senhores Vereadores Humberto Marques, José Machado e Paulo Leandro, pelo facto não terem participado nas reuniões a que estas se referem, visto serem da anterior Câmara. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à munícipe presente Deolinda de Oliveira Marques, que questionou a Câmara acerca da resolução do assunto relativo à concessão de dois covais no Cemitério Municipal dos Arcos, no seguimento da proposta de aquisição do prédio para requalificação urbana da zona do Jogo da Bola e solicitou que os covais sejam um ao lado do outro. -----

--- O Senhor Presidente informou a D. Deolinda que se encontra incluído na ordem do dia da presente reunião o requerimento por si apresentado sobre o mesmo assunto, que seria apreciado e tomada uma deliberação, da qual a interessada tomaria o devido conhecimento. O Senhor Presidente informou ainda que a escolha dos covais contíguos seria efectuada pela D. Deolinda e pelo Fiscal Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento da visita que os autarcas do concelho de Óbidos efectuaram ao Parlamento Europeu, a convite deste Parlamento, sendo a Câmara representada pelo seu Presidente, pelo Vice-Presidente e pelo Vereador Paulo Leandro. Mais

informou que integravam esta comitiva dois estudantes do concelho de Óbidos e que as despesas desta visita foram financiadas pelo Parlamento Europeu. -----

--- **RESPOSTA AOS REQUERIMENTOS APRESENTADOS PELO SENHOR VEREADOR JOSÉ MACHADO:** - Os Chefes de Secção dos diversos serviços estiveram presentes por ordem do Senhor Presidente para esclarecerem o Senhor Vereador José Rodrigues Machado sobre as questões inseridas nos requerimentos apresentados por este e a outras que queira colocar, a fim de ser totalmente esclarecido. -----

--- O Senhor Presidente referiu que devido a terem sido recebidos requerimentos do Senhor Vereador José Machado, que acha que extravasam um pouco aquela curiosidade de quem chega à Câmara e quer conhecer o seu funcionamento, verificando-se que nalguns casos há perguntas que indicam desconfiança, suspeição e enlameamento da Câmara Municipal e dos funcionários, e que, por isso, pediu a presença dos responsáveis dos serviços para que respondam às perguntas do Senhor Vereador José Machado, para que não fique no ar a desconfiança e suspeição que atinja o executivo enquanto equipa gestora. Referiu ainda que os serviços estarão sempre disponíveis para responder a tudo o que for possível, desde que isso não paralise os serviços. -----

--- O Senhor Presidente disse que é uma pessoa séria e que tem a certeza de que também trabalha com pessoas sérias, porque quando se pergunta, por exemplo, “Qual o valor das facturas que entraram na Câmara e ainda não estão contabilizadas?” e “Qual o valor estimado das encomendas já satisfeitas, mesmo que só parcialmente, e cujas facturas ainda não entraram na Câmara Municipal?”, pode ser entendido como que se escondem as facturas para que a dívida não seja maior. -----

--- Relativamente à pergunta “Qual o valor actualizado da dívidas da Câmara Municipal de Óbidos aos Bancos?” o Senhor Presidente informou que este valor está no mapa de empréstimos anexo ao orçamento. -----

--- No que se refere à parte do requerimento que diz que visa a preparação da informação para a elaboração do orçamento de dois mil e seis, o Senhor Presidente recordou ao senhor Vereador José Machado que não tem competência para elaborar o orçamento, que em face dos resultados eleitorais o senhor Vereador não tem funções executivas na Câmara. -----

--- Em relação à questão “Qual o valor actualizado das dívidas da Câmara Municipal de Óbidos a fornecedores de bens e serviços, segundo os últimos registos contabilísticos?” o senhor Presidente pediu à Dr.<sup>a</sup> Alexandra para informar, ao que ela respondeu ser, àquela data, de cerca de dois milhões e quatrocentos mil euros, o que representa cerca de dez por cento dos compromissos assumidos, e que havia uma margem de endividamento de cerca de trezentos e oitenta e cinco mil euros, incluindo empréstimos de médio e longo prazo e leasing, para o ano de dois mil e seis. Sobre este

assunto o Senhor Presidente lembrou que o valor da dívida há cinco anos na Câmara de Óbidos era uma coisa e hoje é outra completamente diferente.-----

--- O Senhor Vereador José Machado asseverou que o Senhor Presidente da Câmara está profundamente equivocado quanto à sua intenção na solicitação da entrega dos dados, que não compreendia as considerações feitas pelo Senhor Presidente, que falar em “enlamear” são expressões absolutamente despropositadas, porque não há desconfiança nenhuma e que nunca pôs em causa a seriedade e competência dos funcionários nem tão pouco do Senhor Presidente e Vereadores. -----

--- O Senhor Presidente pediu à funcionária Alda Santos que desse uma explicação sobre a entrada das facturas na Câmara, tendo esta referido que não existem facturas não autorizadas, todas as facturas são resultantes de despesas previamente autorizadas e que quando não existe procedimento ou autorização prévia para as mesmas, estas são devolvidas. -----

--- O Senhor Presidente entregou ao Senhor Vereador José Machado os dados relativos ao pessoal, sobre os quais fez alguns esclarecimentos. -----

--- O Senhor Vereador agradeceu os elementos que recebeu quanto ao assunto do pessoal, bem como as explicações dadas, e disse que quando se tem que tomar opções de voto em assuntos de planos e orçamentos, é preciso haver um conjunto de elementos para se ter uma ideia dos custos fixos e variáveis, para se perceber a sustentabilidade, as tendências de evolução, etc., isso é elementar para qualquer análise, a menos que se entenda que o papel do vereador da oposição é votar sistematicamente sim ou não, pois que não se deve votar tudo a favor ou tudo contra, deve votar-se, isso sim, de acordo com o método e parecer que têm os assuntos em análise. Quanto à parte dos compromissos financeiros sugeriu o Senhor Vereador José Machado que fosse indicada uma pessoa que lhe pudesse dar esses elementos por escrito, visto também o pedido ter sido escrito. -----

--- O Senhor Presidente afirmou que os responsáveis pelos serviços estão presentes e disponíveis para informar agora o Senhor Vereador José Machado. -----

--- O Senhor Presidente considerou que isto se enquadra num cenário de que hoje os autarcas são todos vistos como vigaristas e que andam a enganar o povo. Declarou estar contra esta mentalidade, que não seria autarca se não acreditasse que as autarquias são um instrumento de desenvolvimento dos concelhos e das populações, que gostaria que o Senhor Vereador José Machado estivesse com o mesmo propósito e não o de denegrir os autarcas de maneira indirecta. Pediu que esta Câmara fosse, até dois mil e nove, franca, aberta e leal, deixando-se de fora tácticas e intervenções mais dissimuladas e cínicas, porque a ser assim a convivência seria difícil, em ambiente de crispação. Referiu pensar que esta atitude se deve provavelmente aos vinte por cento dos resultados eleitorais, mas que

não deve haver inveja, deve aceitar-se quem o povo escolheu para governar o concelho, tendo a gestão da Câmara sido avaliada de forma inequívoca pelo eleitorado. -----

--- O Senhor Administrador Executivo da Óbidos Patrimonium - Dr. Ricardo Ribeiro pediu a palavra para informar o Senhor Vereador José Machado, relativamente às questões por este colocadas acerca desta empresa municipal, esclarecendo que todas as facturas são recepcionadas e de imediato registadas. O prazo de pagamento destas facturas pode ser de trinta, sessenta ou noventa dias, em função do tipo de produto ou serviço prestado, variando em função dos acordos estabelecidos com os fornecedores e tendo sempre em consideração as melhores condições que a Empresa possa obter. Acrescentou que a Óbidos Patrimonium não tem qualquer empréstimo contraído em nenhuma instituição bancária, que as dívidas aos fornecedores, na presente data, totalizam cinquenta e um mil e sessenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos, sendo que existe em tesouraria a quantia de setenta e quatro mil seiscentos e cinco euros e dezoito cêntimos. Daqui resulta um saldo positivo de aproximadamente vinte e três mil euros. Rematou esta série de esclarecimentos proferindo que a empresa tem treze funcionários, sendo que dois destes estão a recibos verdes. Seis funcionários do Município encontram-se destacados nesta empresa municipal e outros quinze dão colaboração com alguma frequência. -----

A Chefe de Secção de Obras Particulares e de Loteamentos pediu para intervir, dado que a sua Secção foi visada na campanha eleitoral, relativamente à morosidade no andamento dos processos de obras e declarou que devido à actual conjuntura e à nova legislação, entrada em vigor no início do último mandato, os procedimentos nos processos de obras foram substancialmente alterados, não considerando no entanto, que os serviços fossem lentos, ou que os prazos não fossem cumpridos por aqueles serviços. Acrescentou, que ainda há pouco tempo, acerca de um ano, se havia realizado o primeiro Fórum do Urbanismo deste concelho, onde estiveram presentes a maioria dos técnicos da região que mais trabalham com esta Câmara, e que em pleno debate, haviam sido convidados a declarar quais as falhas que consideravam ser mais notórias, tanto no atendimento por parte dos funcionários, como no funcionamento do sector, ao que responderam que das câmaras da região, aquela com que mais gostavam de trabalhar era a Câmara Municipal de Óbidos, devido à sua eficácia e rapidez. -----

--- O Senhor Vereador José Machado referiu que não fez qualquer crítica em público ou em privado aos funcionários da Câmara, considerando desagradável que o Senhor Presidente tenha entendido, não sabendo porquê, de forma diversa aquilo que foi dito, que é o seu estilo e que não há mais nada a fazer senão respeitar. -----

--- O Senhor Presidente pediu que fosse presente a gravação do debate na Rádio Litoral Oeste, realizado no âmbito da campanha eleitoral para as recentes eleições autárquicas, no qual o Senhor Vereador José Machado se teria pronunciado negativamente em relação ao desempenho da Secção de Obras, para se ver se é uma má interpretação do Presidente da Câmara ou se factualmente não está lá tudo o que o Senhor Presidente afirmou. -----

--- Depois de ouvida a gravação do referido debate, o Senhor Vereador José Machado afirmou que “afinal a montanha pariu um rato”, que apenas disse que havia referências de que havia processos que demoravam mais tempo, mas que isso era uma questão de organização, não tendo portanto a ver com o pessoal e que, por isso, não se revia na interpretação do Senhor Presidente. -----

--- Usou da palavra o Senhor Vereador Humberto Marques para informar que na passada quinta feira foi visitado pelo senhor vereador da oposição que, segundo artigo que ele próprio fez questão de lhe apresentar, a prática do executivo era o de não respeito por alguns documentos mais importantes no plano das minorias. O Senhor Vereador Humberto Marques lamentou o facto do Senhor Vereador José Machado não se preocupar com o aumento de dez para treze por cento na taxa geral de aposentações, da violação da Lei da Finanças Locais e referiu que o Senhor Vereador José Machado quer fazer uma política que tenha sempre presente o seu resultado eleitoral, devendo fazer política lá fora, não utilizando assim a plataforma da Câmara para instrumentalização por quem foi também responsável por este resultado eleitoral e do qual também foi vítima. Referiu ainda que pensava que esta política de “enlamear” acabava no dia nove de Outubro, mas que percebeu na passada quinta-feira que a política do “bota abaixo” não é para acabar. Mais acrescentou que está em funções há um mês e que tem tido dos funcionários a melhor colaboração, o maior esforço, que são estes os primeiros reformistas, os primeiros a sugerir melhorias para os serviços, chocando-o ouvir críticas injustas por parte do Senhor Vereador José Machado e da sua comitiva, pelo que propôs a atribuição de um voto de louvor a todos os funcionários do Município de Óbidos e da empresa municipal - Óbidos Patrimonium, que têm demonstrado total empenho, nomeadamente no Festival do Chocolate, referindo que todos estão de parabéns, que todos continuarão a ter a sua confiança e colaboração, que será mais um entre os funcionários e que é isso que quer que os trabalhadores sintam dele. -----

--- O Senhor Vereador José Machado referiu que poderá inferir-se da intervenção do Senhor Vereador Humberto Marques que, na conversa amável da passada quinta-feira, tenha tido alguma referência menos elogiosa a algum ou alguns funcionários. Conversaram sobre outros assuntos, como por exemplo haver uma cooperação alargada para que o número de eleitores no concelho de Óbidos se consiga manter de uma

forma sustentada acima dos dez mil, e que não criticou nunca os funcionários da Câmara quer em privado quer em público. -----

--- *O Senhor Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a atribuição de um voto de louvor a todos os funcionários do Município de Óbidos e da Óbidos Patrimonium - Empresa Municipal.* -----

--- Os Chefes de Secção saíram da reunião, excepto a D. Lúcia e a Dr.<sup>a</sup> Alexandra. -----

--- **CONCLUSÃO DE OBRAS NA AMOREIRA:** - O Senhor Vereador José Machado sugeriu que se infirmassem as pessoas da Amoreira quando se prevê acabarem as obras em curso no centro da Amoreira, que, tanto quanto sabe, já deveriam estar acabadas. -----

--- O Senhor Presidente informou que as obras estarão concluídas durante o mês de Dezembro, porque foram atendidas algumas alterações propostas pelo novo elenco da Junta de Freguesia de Amoreira, daí o atraso verificado na conclusão das obras. -----

--- Passou-se de seguida à apreciação dos assuntos referentes a obras particulares e loteamentos incluídos na Ordem do Dia: -----

--- **OBRAS PARTICULARES:** - Devidamente informados pelos Técnicos, Engenheiro Carlos Pardal e pela Arquitecta Paula Salvador, foram presentes os seguintes requerimentos com os números e datas a seguir mencionados, solicitando a aprovação de projectos de obras, loteamentos e informações prévias.-----

--- **IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA E EMISSÁRIO EM VALE DE JANELAS:** - A Câmara tomou conhecimento do requerimento número mil setecentos e cinquenta e dois, datado de três de Novembro corrente, de Bético - Empreendimentos Turísticos, S.A., que fornece esclarecimentos relacionados com a implantação da estação elevatória em Vale de Janelas, freguesia de Amoreira, bem como informa de que se encontra em curso a rectificação ao projecto do emissário, por forma a que a sua construção se possa iniciar em Janeiro de dois mil e seis. -----

--- **VISTORIA A EDIFÍCIO:** - Foi presente o requerimento número mil duzentos e dois, do dia vinte e um de Julho último, em nome de José Julião Sarmiento Figueiroa Rego, pedindo vistoria ao edifício principal da Quinta do Bom Sucesso, freguesia de Vau, nos termos do artigo nonagésimo do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, alterado pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete/dois mil e um. -----

--- *Depois de apreciar o pedido e baseando-se no parecer da comissão de vistorias, a Câmara deliberou por unanimidade notificar todos os proprietários do imóvel, para que procedam à execução das obras mencionadas no auto de vistoria.* -----

--- Passou-se de seguida à apreciação dos assuntos de expediente geral, incluídos na **ORDEM DO DIA:**-----

--- **GRANDES OPCÕES DO PLANO 2006/2009**: - Foi presente para apreciação e eventual aprovação o documento composto pelo Resumo do Orçamento: - Orçamento da Receita e - Orçamento da Despesa; Grandes Opções do Plano: - Plano Plurianual de Investimentos e - Plano de Actividades Municipais e; - Mapa de Empréstimos. -----

--- O Senhor Presidente começou por agradecer os contributos que os Senhores Vereadores lhe fizeram chegar, para a elaboração do presente documento. -----

--- O Senhor Vereador José Machado disse que a ele nunca lhe foi transmitida essa possibilidade, que tinha perguntado ao Senhor Vereador Humberto Marques para quando estava prevista a discussão do orçamento e ele não lhe soube dizer a data. -----

--- O Senhor Presidente esclareceu que acerca de um mês falou sobre a elaboração do orçamento, que durante o mês de Novembro seria aprovado o orçamento PPI e PAM, estando a câmara aberta a todas as propostas e sugestões. De qualquer maneira, mesmo que o não tivesse dito de forma expressa, no momento em que se sabe que a autarquia está a fazer o orçamento, todas as propostas são sempre bem vindas, desde que elas possam ser devidamente enquadradas, pertinentes e adequadas ao caminho para o desenvolvimento do concelho. -----

--- O Senhor Presidente informou que numa perspectiva de continuidade, neste documento foram consideradas muitas obras e iniciativas, no sentido de virem ao encontro daquilo que foi sufragado nas urnas e que perspectiva um desencadear de um conjunto de medidas a serem executadas nos próximos quatro anos, previstas no programa que foi também votado nesta Câmara intitulado “Visão Estratégica”. Essas iniciativas passam por fortes apostas nas áreas sociais, na capacidade de execução da Câmara por administração directa, nas áreas de qualificação urbana, equipamentos diversos, nomeadamente ambiente, espaços verdes, desporto, aumento do património da Câmara que já é bastante significativo, havendo um conjunto de compromissos já assumidos e outros que se perspectivam vir a executar durante o ano de dois mil e seis. Mais disse que quando se aumenta a administração directa da Câmara, uma consequência inevitável é o aumento das despesas correntes. No ano de dois mil e seis não se pensa aumentar o número de recursos humanos do município. Que se têm, por exemplo, cinquenta e tal pessoas contratadas a trabalhar no “Melhor Idade, no “Crescer Melhor” e nas piscinas municipais, que significam despesa corrente, mas é uma opção política, um desígnio, e uma prioridade desta maioria. -----

--- Continuou referindo que neste orçamento as receitas correntes voltam a ser superiores às despesas correntes, só por si este elemento de gestão é tranquilizador e deve deixar os senhores vereadores bastante tranquilos em relação ao futuro, apesar da situação a nível nacional ter criado dificuldades

ao nível da execução orçamental. As receitas de capital tem sido onde se tem notado maiores dificuldades, porque o mercado não está favorável para a venda de terrenos, habitações e lotes industriais. A Câmara tem estado a adiar de ano para ano algumas transacções à espera que o mercado melhore, exactamente para não penalizar o município do ponto de vista da receita, vendendo a um preço mais baixo, porque se se puder esperar certamente consegue-se um valor superior. A Câmara felizmente pode esperar por melhores dias, embora o ano de dois mil e seis seja de grande aposta na requalificação urbana e fundamental para desenvolver um conjunto de alienações, havendo lotes para vender em Santa Rufina, Óbidos e A-dos-Negros. As obras de requalificação urbana estão feitas, tendo-se conseguido pagar estas obras antes de realizar as respectivas receitas. Dois mil e seis vai ser um ano de grande aposta na modernização administrativa e tecnológica, que vem na sequência do processo já iniciado há três anos por esta Câmara, com a criação de redes, aquisição de equipamento informático, criação do Espaço Internet. Os investimentos feitos nestas áreas fizeram com que o Município de Óbidos esteja amplamente informatizado, permitido deste modo dar uma melhor resposta aos munícipes. -----

--- O Senhor Presidente continuou referindo que se procurou que as rubricas fossem o mais contidas possível neste orçamento de cerca de vinte e oito milhões de euros. Lamentou que do ponto de vista da execução orçamental “o governo nos tenha passado a perna”, nomeadamente no que diz respeito à execução dos contratos-programa, na medida em que estavam previstos três milhões e setecentos mil euros de receita destes contratos, referentes a sete candidaturas apresentadas, esperando-se que uma ou duas sejam comparticipadas, de acordo com o que foi prometido em Julho pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, com o compromisso que depois de Outubro haveria lugar a essa afirmação da Cooperação Técnica-Financeira, mas até agora, depois de se ter oficiado e lembrado o Senhor Secretário de Estado desta matéria, continuamos sem resposta e dependentes do governo para a execução orçamental. Temos uma execução de quinhentos mil euros quando previmos três milhões e quinhentos mil euros de contratos-programa, devido precisamente ao “governo nos ter trocado as voltas”. Há um emagrecimento de três milhões de euros que vai impedir que a execução orçamental em dois mil e seis ultrapasse os vinte milhões de euros, que era o valor para o qual nos aproximávamos. Esta Câmara tem que estar preparada para uma execução que pode ir até vinte e oito milhões de euros, nunca deixando que em dois mil e seis, apesar da conjuntura desfavorável que nos rodeia, a execução seja inferior ao ano transacto. Com o valor da dívida perfeitamente controlado, equivalente a dez por cento dos compromissos, actualmente a Câmara movimenta em média um milhão e quinhentos mil euros por mês, o que é significativo,

tanto mais que em dois mil e um a execução era de oito milhões, agora é de dezoito milhões, portanto é uma grande diferença, para a mesma Câmara, o mesmo concelho com os recursos existentes e ainda por cima não sendo uma época dourada, nem do ponto de vista nacional nem ao nível de fundos comunitários. Bem longe estão os valores de há quatro anos, não fazendo o Senhor Vereador José Machado este tipo de perguntas “qual era a execução em dois mil e um?; - qual é a execução em dois mil e cinco?”. -----

--- Este é um orçamento dos obidenses, do qual devem ter orgulho, que foi preparado com toda a ponderação, dando lugar à inovação e a novas iniciativas e tendo como princípio o não aumento das despesas correntes, muito pelo contrário, pugnando para que estas baixem significativamente. -

--- A receita cobrada tendo em vista a recolha dos resíduos sólidos é de cerca de trinta por cento da despesa efectiva, com valores superiores a seiscentos mil euros e a receita, no máximo, poderá ir até aos duzentos e cinquenta mil euros. Este panorama poderia ser diferente, subindo-se as taxas para aumentar as receitas. Mas o problema tem que ser visto essencialmente do lado da despesa e nem tanto do lado da receita, para o que estamos a trabalhar para baixar esta despesa. -----

--- Este orçamento para dois mil e seis não tem grandes perspectivas de financiamento do FEDER nem de cooperação técnica-financeira, porque não queremos voltar a ser enganados por governos que não estão a apoiar o Município de Óbidos. Pelo contrário, este orçamento vê crescer a sua fatia da despesa corrente à custa das medidas impostas pelo governo, designadamente com o aumento da percentagem para a Caixa Geral de Aposentações, sem que haja a necessária compensação e, mais grave ainda, sem que o governo cumpra a Lei das Finanças Locais. -----

--- Não há perspectivas de em dois mil e seis ser necessário recorrer a empréstimos. Apesar de serem um instrumento de receita, sempre foram considerados por esta Câmara como um recurso extraordinário, tendo-se conseguido evitar lançar mão desta modalidade, para não comprometer o futuro do Município. Adquirir património e rentabilizá-lo a favor do Município é uma solução mais racional e a estrutura de receitas está organizada de forma a evitar que para fazer uma simples obra se recorra ao crédito. Quando for fundamental satisfazer as populações com um determinado equipamento urgente e que as verbas disponíveis sejam insuficientes, então recorrer-se-à a um empréstimo, desde que seja possível amortizá-lo. Agora está a acontecer pagarmos os empréstimos da gestão anterior, no valor de cerca de quinhentos mil euros de amortizações por ano. -----

--- É um orçamento de continuidade, com muitas apostas, nomeadamente nos projectos sociais e na requalificação urbana, que são os dois grandes pilares daquilo que é hoje a Câmara Municipal de Óbidos. O Gabinete de Apoio à Família, o Projecto “Melhor Idade”, o Projecto “Crescer Melhor”,

o Óbidos Solidário, o Óbidos Voluntário e a habitação social, tudo o que são as políticas sociais e a própria educação, são hoje fundamentais e estruturantes. Está inscrita a Escola Básica Integrada com a verba de cinquenta mil euros e com dois milhões e quinhentos mil euros para dois mil e sete, acreditando que a Senhora Ministra da Educação vai viabilizar a nossa Escola Josefa de Óbidos, e que o encaixe não seja de duzentos e cinquenta mil euros, mas que seja de mais de dois milhões ou, pelo menos, metade desse valor já em dois mil e seis. Aí a receita foi subestimada, com apenas cinquenta mil euros inscritos. A criação da EBI vem na sequência de um acordo com a Direcção Regional de Educação no sentido de que Óbidos passe a ter uma escola deste tipo, a fim de viabilizar o ensino secundário em Óbidos já a partir do próximo ano. -----

--- A Câmara vai avançar com a requalificação urbana do terreno em frente ao Centro de Saúde, vai avançar com a alienação dos lotes de Santa Rufina se a procura for a esperada, porque, caso contrário, a prudência aconselha a esperar por melhor altura. -----

--- Por uma questão de verdade, é necessário fazer uma revisão ao orçamento de dois mil e cinco, porque falhou uma verba da cooperação técnica-financeira, por quebra de compromisso do governo, que teve a “pouca vergonha” de retirar trezentos mil euros de um contrato-programa celebrado com a Câmara Municipal de Óbidos, do qual reclamámos e ainda estamos à espera de resposta, pelo que não podemos ser responsabilizados por essa matéria. -----

--- Este é um orçamento sério e verdadeiro, no sentido de transformar a vida das pessoas, com a construção de creches, apostas na educação, nas políticas sociais, na requalificação urbana, no ambiente, tudo está aqui traçado. O objectivo é executarmos bem estas matérias, de maneira a conter a despesa e encontrar novas formas de aumentar a receita. -----

--- O Senhor Presidente rematou agradecendo os contributos que foram dados para a elaboração do presente orçamento, dizendo que a porta nunca se fechou a propostas válidas e sérias e que o Senhor Vereador José Machado não as apresentou. Este orçamento validado nas eleições é a imagem da maioria, o seu código genético. É um orçamento agressivo do ponto de vista da sua execução, com um elevado grau de exigência, que vai transformar o concelho de Óbidos num dos concelhos mais competitivos da região. -----

--- O Senhor Presidente disponibilizou-se para prestar esclarecimentos aos senhores vereadores. -----

--- O Senhor Vereador José Machado disse que dum a leitura deste documento e depois das explicações dadas pelo Senhor Presidente, há coisas que percebe e outras que não consegue perceber. De muitas das coisas que o Senhor Presidente disse revê-se nelas e concorda, mas para se analisar com profundidade este assunto era bom que se percebesse qual o

grau de liberdade na execução deste orçamento. Há um conjunto de compromissos que estão assumidos e que portanto têm que ser contemplados. Depois há o grau de liberdade de quem elabora o orçamento e aí podem ser mais assim ou mais assado. Não conseguiu perceber nesta proposta qual a percentagem do grau de liberdade de quem a fez e qual é a parte fixa, não só para dois mil e seis mas também para dois mil e sete e dois mil e oito. Há um conjunto de despesas, quer correntes quer de capital, que têm que se fazer, sob pena de haver uma perturbação enormíssima que ninguém quer. Perguntou qual a predisposição da maioria da Câmara para aceitar propostas de alteração que não agravem a despesa global, pois que se a houver há um conjunto de coisas que podem ser faladas, mas se não houver essa predisposição será uma perda de tempo. -----

--- Continuou referindo que a Assembleia Municipal aprovou, sem nenhum voto contra, contratos programa celebrados com a empresa municipal no valor de quatrocentos e sessenta e sete mil setecentos e sessenta e dois euros e agora, nesta proposta para o ano de dois mil e seis, apenas estão referidos quatrocentos mil, portanto há aqui uma diferença para menos, perguntando se isto foi intencional ou se se trata de um lapso, pois que este orçamento chega ao pormenor de justificar receitas de dezanove euros. ----  
O senhor Vereador José Machado afirmou que o Senhor Presidente disse que espera vender lotes de terreno, designadamente do loteamento de Santa Rufina, e perguntou se os seis milhões de euros no ponto 09.01. previstos para gerar receita se referem só a estes lotes ou a mais o quê?, que outros terrenos estão previstos serem vendidos para se atingir esta verba substancial?. -----

--- O Senhor Presidente informou que já tinha explicado, que tinha falado em A-dos-Negros, no loteamento em frente ao Centro de Saúde, na Zona Industrial, esperando que esse valor seja superado, dependendo do mercado e da forma como são colocados à venda no mercado. -----

--- O Senhor Vereador José Machado perguntou que tipo de programa é o referido no ponto 10.03.04, em cooperação financeira e técnica com a administração central, com o valor de dois milhões e oitocentos mil euros.

--- O senhor Presidente esclareceu que são os contratos programa que estão prometidos pelo governo. -----

--- A Chefe de Secção de Contabilidade - D. Lúcia - esclareceu que a verba de dezanove euros e trinta cêntimos inscrita neste orçamento, resulta duma imposição do POCAL - Regras Previsionais e que é a média dos últimos vinte e quatro meses. -----

--- O Senhor Vereador José Machado questionou o Senhor Presidente acerca da verba de trezentos e vinte e um mil euros destinada ao GTL - Gabinete Técnico Local. -----

--- O Senhor Presidente respondeu que a Câmara fez uma candidatura para financiamento do Gabinete Técnico Local, a fim de fazer um Plano de

Pormenor e Salvaguarda dos Centros Históricos de Óbidos e A-da-Gorda. O Contrato foi assinado há um ano entre a DGOTDU e a Câmara de Óbidos, devidamente homologado pelo Senhor Secretário de Estado e que portanto está em processo de constituição. A candidatura apresentada prevê catorze funcionários, dos quais oitenta por cento são técnicos superiores e daí este volume de vencimentos. É um Gabinete para funcionar durante vinte e quatro meses, extingue-se assim que o trabalho esteja concluído e tem uma comparticipação da Administração Central de setenta e cinco por cento. As regras desta candidatura obrigam à admissão de novos funcionários, que logicamente não pertençam aos quadros do Município. -----

--- O Senhor Vereador José Machado perguntou a que se refere a verba de cento e quinze mil euros para encargos com a cobrança de receitas. -----

--- A D. Lúcia informou que a Repartição de Finanças ao cobrar os impostos destinados ao município recebe esta verba como forma de compensação pelo serviço que presta a esta autarquia. -----

--- O Senhor Vereador José Machado pediu para ser explicada a verba de quinhentos e quarenta e dois mil e quinhentos euros descrita no Plano Plurianual de Investimentos, em Restituições. -----

--- A D. Lúcia explicou que se trata da restituição de fundos recebidos a coberto de uma candidatura indevida que a anterior Câmara fez, correspondente à segunda fase das infraestruturas do Bom Sucesso, estando essa restituição a ser feita em prestações. -----

--- Relativamente aos contratos programa celebrados com a Óbidos Patrimonium e a diferença de verbas entre o que foi aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal, o Senhor Vereador José Machado perguntou se se trata de um lapso do orçamento ou se se chegou à conclusão de que a verba aprovada era excessiva e agora procedeu-se à sua rectificação. -----

--- O Senhor Presidente informou que é um lapso dos serviços, que já tinha pedido a correcção deste valor que acabou por não ser emendado, mas será corrigido. -----

--- O Senhor Vereador José Machado referiu que na anterior reunião de Câmara foram aprovados os subsídios aos clubes desportivos, com a condição de, para o próximo ano, os valores já estarem revistos, perguntando se neste orçamento já está prevista essa alteração. -----

--- O Senhor Presidente informou que as verbas previstas estão de acordo com as regras estabelecidas no programa de atribuição de subsídios, tendo as colectividades considerado estas verbas como suficientes para o seu funcionamento. Não se pode alimentar a “subsídio-dependência”, pelo que os clubes participam nos nossos projectos para poderem obter fontes de financiamento para as suas actividades. -----

--- O Senhor Vice-Presidente esclareceu que os critérios de atribuição estão previstos e que a reformulação destes critérios é que poderá permitir a

alteração destes valores, tendo em conta outros princípios que não estão contemplados, nomeadamente o número de atletas que cada associação movimenta. Nenhum clube pôs em causa o valor do subsídio que recebe, atendendo às despesas com a actividade desportiva que pratica. -----

--- O Senhor Presidente participou que o dinheiro contabilizado para a atribuição de subsídios são de cinquenta e cinco mil euros só para a cultura, trinta e cinco mil euros só para o desporto e doze mil e quinhentos euros para as IPSS. -----

--- O Senhor Vereador José Machado perguntou se a aprovação do orçamento não poderia ser votada na próxima reunião, para dispor de mais tempo para apreciar os documentos e poder apresentar propostas de alteração que não agravem a despesa. -----

--- O Senhor Presidente contrapôs que passado um mês de trabalho na elaboração deste orçamento é fundamental que as equipas do Gabinete de Gestão Financeira e a Secção de Contabilidade que estão afectas a esta matéria passem a fazer outras coisas, o calendário de aprovar o orçamento até ao fim do mês de Novembro está a ser rigorosamente cumprido. A Assembleia Municipal será antes da época do Natal, pelo que só existe uma reunião de Câmara pelo meio, onde temos outros assuntos igualmente importantes do ponto de vista da gestão financeira para apreciar. O Senhor Vereador José Machado durante um mês não apresentou uma única proposta e teve o fim de semana para apreciar e fazer a análise do orçamento. Não há qualquer interesse público em adiar a aprovação deste documento, até porque o senhor vereador colocou algumas questões de carácter informativo, às quais houve todo o gosto em responder e, respondidas todas as questões, colocará o assunto à votação, porque não encontra nenhum fundamento para adiar. -----

--- O Senhor Vereador José Machado disse que ainda na quinta-feira perguntou ao Senhor Vereador Humberto Marques quando era aprovado o orçamento ao que este não soube responder e portanto não foi informado com a devida antecedência de que o orçamento seria hoje aprovado. Na sexta feira à tarde recebeu a documentação para a reunião e junto à noite foi entregue um segundo envelope que continha o orçamento. Não quer levantar questões formais, nem dificuldades deste tipo. Gostaria que houvesse a possibilidade de dar o seu contributo e depois a maioria aceitaria ou não. Mais referiu que em termos rigorosos a documentação não lhe chegou com a antecedência exigida, mas não quer invocar esse ponto de vista legal, que é o de receber a documentação com dois dias úteis de antecedência. Continuou dizendo que dos vinte e oito milhões de euros, quer em receitas quer em despesas, há uma parte que tem um grau de liberdade e há outra que não pode ser feita de outra maneira, porque são encargos já assumidos com pessoal e obras em curso e só depois de se perceber isso é que há condições para fazer propostas de eventuais

alternativas. Sugeriu que no próximo ano fosse avisado com a antecedência necessária, para que pudesse apresentar propostas e dar o seu contributo. ---  
--- O Senhor Presidente lembrou que na primeira reunião desta Câmara tinha avisado que no mês de Novembro iria ser elaborado e aprovado o orçamento. -----

--- O Senhor Presidente apresentou uma proposta de correcção ao orçamento, no sentido de serem retiradas deste orçamento para dois mil e seis as rubricas referentes à “Bibliomóvel” e à “Unidade Móvel de Saúde”, visto serem pagas ainda este ano e portanto o pagamento não passa para dois mil e seis. Ambas perfazem uma verba de cento e trinta e quatro mil euros que se retira do PPI e o PAM é reforçado em sessenta e cinco mil euros, sendo a diferença acrescentada no PPI na rubrica Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, mantendo-se assim os valores globais. -----

--- O Senhor Presidente referiu que este orçamento é da responsabilidade das pessoas que têm funções executivas e que esta metodologia é para manter nos próximos quatro anos, porque se os orçamentos não forem bem feitos a responsabilidade recai sobre a maioria, que aliás é bem expressiva. É um orçamento participativo num ponto de vista diferente, na medida em que nos contactos que tem com as diversas instituições do concelho vai recolhendo dados e avalia o nível de dificuldades e necessidades das entidades que a Câmara pretende vir a apoiar. Um orçamento é um instrumento de realização de políticas e é o próprio orçamento que tem de se adaptar à realidade económica. Continuou referindo que da sua parte houve total abertura à participação de todos e que o Senhor Vereador José Machado desperdiçou essa oportunidade porque não esteve atento, vindo agora argumentar que desde sexta-feira não teve tempo suficiente para fazer uma análise do documento. -----

--- *Posto à votação com as alterações atrás referidas, foi aprovado por maioria, com quatro votos a favor e a abstenção do Senhor Vereador José Machado, devido a lhe ter sido facultado pouco tempo para apreciar o documento. Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação.* -----

--- Neste momento o Senhor Presidente retirou-se definitivamente, pelo que passou a presidir à reunião o Senhor Vice-Presidente - Vereador Pedro Félix. -----

--- **27ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO PPI E PAM:** - Presente a informação interna número quarenta e três, datada de dezasseis de Novembro corrente, dos Serviços de Contabilidade, que a seguir se transcreve: “**Assunto: 27.ª Modificação ao Orçamento, PAM e PPI para 2005** -----

**Objectivo:** -----

Por forma a ajustar as Despesas correntes e de investimento, previstas às necessidades actuais, torna-se necessário ajustar as dotações inicialmente definidas, através de uma modificação ao Orçamento, PAM e PPI em vigor para 2005. Assim, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por delegação de competências (n.º1 do artº 65º da referida Lei) submete-se à consideração do Senhor Presidente da Câmara a 27ª Modificação ao Orçamento, PAM e PPI para 2005, para aprovação. -----

----- Orçamento -----

° Total de Reforços/Diminuições – €293.870,00 -----

----- Reforços/Diminuições de Despesas Correntes - € 55.870,00 -----

Reforços/Diminuições de Despesas de Capital - € 238.000,00 -----

----- PAM e PPI -----

° Total de Reforços/Diminuições – €294.970,00 -----

----- Reforços/Diminuições de Despesas Correntes - € 55.870,00 -----

Reforços/Diminuições de Despesas de Capital - € 239.100,00 -----

À consideração superior.” -----

--- *A Câmara tomou conhecimento.* -----

--- **PROGRAMA DE APOIO A COLECTIVIDADES CULTURAIS:** -

Foi presente a informação número cento e vinte e seis/dois mil e cinco, datada de vinte e cinco de Novembro corrente, do Chefe de Serviços de Turismo, que se transcreve: - “Tendo-nos sido remetidos os documentos necessários à concessão de apoio a colectividades por parte do Centro Cultural, Social e Recreativo Arelhense, encontrando-se tudo em ordem e completo, ao abrigo do Programa de Apoio a Colectividades Culturais, analisando o processo, consta-se que a agremiação terá direito a um subsídio no valor de 6000 €uros correspondendo à manutenção de um Rancho Folclórico, um Grupo de Danças Medievais e duas secções de teatro, no ano de dois mil e cinco. Assim sendo sugere-se a atribuição de um subsídio no valor de 6 000 €uros.” -----

--- *Ao abrigo do Programa de Apoio a Colectividades Culturais, a Câmara aprovou por unanimidade esta proposta.* -----

--- **APOIO FINANCEIRO À OLEFA:** - Foi presente o ofício número cento e oitenta e sete/dois mil e cinco, do dia dezassete de Novembro corrente, da OLEFA - Organização Local de Educação e Formação de Adultos de Óbidos, solicitando apoio financeiro no valor de quatro mil euros para fazer face às suas necessidades para dinamizar os projectos e áreas de intervenção, no que diz respeito à formação de adultos e ao desenvolvimento comunitário. -----

--- *A Câmara aprovou por unanimidade a atribuição do apoio financeiro pretendido.* -----

--- **APOIO FINANCEIRO À AFO**: - Presente uma carta da AFO - Associação Forense do Oeste, pedindo apoio para a criação de uma página na Internet. -----

--- *A Câmara atribuiu por unanimidade um apoio financeiro no valor de quatrocentos e cinquenta euros.* -----

--- O senhor Vereador José Machado retirou-se aquando da apreciação dos dois assuntos seguintes, por se encontrar impedido, nos termos da alínea a) do artigo quarenta e quatro do Código de Procedimento Administrativo. ----

--- **APOIO FINANCEIRO AO AGRUPAMENTO 753** : - Apresentada a carta do Agrupamento 753 – Óbidos do Corpo Nacional de Escutas, solicitando um apoio financeiro de quinhentos euros, no âmbito do patrulhamento florestal efectuado nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

--- *Por unanimidade a Câmara deliberou conceder o apoio financeiro solicitado.* -----

--- **ADIANTAMENTO DE PAGAMENTO AO AGRUPAMENTO 753**:

- Foi presente a informação interna número trinta e três/dois mil e cinco, do Serviço Municipal de Protecção Civil, a seguir transcrita: - “Na sequência da candidatura efectuada pelo Município à Direcção Geral de Recursos Florestais, no âmbito das Brigadas Autárquicas de Voluntários, para a Floresta, trabalho esse efectuado por escuteiros do Agrupamento 753 de Óbidos, como é de conhecimento de V.exa, passados 2 (dois) meses o IFADAP, ainda não procedeu ao pagamento. Pagamento esse estipulado na candidatura aprovada e, posteriormente no protocolo assinado por V.exa e o Sr. Director-Geral dos Recursos Florestais. -----

Em contacto telefónico estabelecido com a responsável pela divisão da Defesa da Floresta Contra Incêndios, foi-me comunicado que, até ao final desta semana, no máximo principio da próxima, seria feito o devido pagamento através de transferência bancária. -----

Neste contexto e após consultar a Chefe da Contabilidade, Sr.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Lúcia, venho por este meio, solicitar a digníssima Câmara que delibere no sentido de ser efectuado o pagamento no valor de 2.664€(dois mil seiscentos e sessenta e quatro euros), ao Agrupamento 753 do Corpo Nacional de Escutas. -----

Por último informo V.exa(s) que, esse mesmo valor, será o que dará entrada nos cofres da Autarquia, sendo este meu pedido com o intuito de acelerar o processo que se mostra muito atrasado e, como podem observar (em anexo) os Escuteiros “reclamam”, com legitimidade, pese embora não seja responsabilidade da Câmara os atrasos no pagamento. À consideração superior.” -----

--- *Com base na presente informação, a Câmara por unanimidade deliberou no sentido de ser efectuado o adiantamento do pagamento referido.* -----

--- **COMPARTICIPAÇÃO PELA PRESENÇA NA FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO** : - Presente carta da Região de Turismo do Oeste que anexa nota de débito, pedindo o pagamento do valor da participação deste Município pela presença na Feira Internacional de Artesanato/dois mil e cinco. -----

--- *Por unanimidade o executivo camarário deliberou pagar à Região de Turismo do Oeste a verba de mil duzentos e quarenta euros e vinte e um cêntimos, correspondente à participação deste Município pela presença na citada Feira.* -----

--- **PRONÚNCIA SOBRE DIREITO DE PREFERÊNCIA**: - Foi presente um requerimento de A Casinha de Óbidos – Construções, Lda., solicitando que a Câmara se pronuncie sobre o direito de preferência na venda de um prédio urbano, sito na Urbanização Jardins do Convento - Serrado, Lote vinte e dois, Fracção G, freguesia de São Pedro - Óbidos, pelo valor de cem mil euros. -----

--- *Por unanimidade foi deliberado não usar do direito de preferência na venda do referido prédio urbano.* -----

--- **CONCESSÃO DE DOIS COVAIS CONTÍGUOS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DOS ARCOS**: - Foi presente um requerimento de Deolinda de Oliveira Marques, residente no lugar de Capeleira deste concelho de Óbidos, solicitando que lhe sejam concedidas duas faixas de terreno (dois covais) no Cemitério Municipal dos Arcos, no seguimento da proposta de aquisição do prédio urbano sito no “Jogo da Bola”. -----

--- *Por razões de utilidade pública a Câmara deliberou por unanimidade autorizar extraordinariamente a concessão de duas faixas de terreno contíguas (dois covais) no Cemitério Municipal dos Arcos, a Deolinda de Oliveira Marques, na sequência da aquisição do prédio urbano sito no Joga da Bola, atendendo que o mesmo se destina à requalificação dos sanitários ali existentes. Foi ainda deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal a concessão dos referidos covais.* -----

--- **VENDA DE GAVETÃO NO CEMITÉRIO DOS ARCOS**: - Foi presente requerimento de Maria Isabel Tavares Morcela Custódio, solicitando a compra do gavetão cinco-D, sito no Cemitério Municipal dos Arcos. -----

--- *Deferido por unanimidade.* -----

--- **VENDA DE TERRENO PARA JAZIGO**: - Apresentado um requerimento de Bernardino de Oliveira, pedindo que lhe seja vendido um terreno com a área de oito metros quadrados, para construir um jazigo no Cemitério Municipal dos Arcos. -----

--- *O Executivo Camarário deliberou por unanimidade aprovar a concessão do terreno pretendido.* -----

--- **DANOS CAUSADOS EM VEÍCULO PELA QUEDA DE TRANCAS DE ÁRVORE**: - Presente o Processo Administrativo número

quarenta e dois/dois mil e cinco, acompanhado de informação do Sector de Silvicultura e Espaços Verdes, relativamente ao pedido de Ricardo José Susano Ferreira para ser ressarcido dos danos causados no seu veículo pela queda de trancas da árvore da Escola Primária de Amoreira. -----

--- *Com base na citada informação, a Câmara por unanimidade propôs o indeferimento do pedido, porque, tratando-se de um caso fortuito, a Câmara não tem qualquer responsabilidade. Mais foi deliberado conceder audiência prévia ao interessado, para que, no prazo de dez dias úteis, se pronuncie sobre a presente decisão, nos termos dos artigos cem e cento e um do Código de Procedimento Administrativo.* -----

--- **DANOS EM VEÍCULO CAUSADOS PELA QUEDA NUM BURACO:** - Foi presente a carta de Telmo Ricardo Faria Silvestre, solicitando a resolução do problema relativo à queda do seu carro num buraco não assinalado na estrada Louriçal-Gracieira, juntando fotografias e o orçamento dos custos da reparação do veículo. -----

--- *Por unanimidade a Câmara deliberou responsabilizar-se pela reparação dos danos causados na viatura, devendo o interessado apresentar factura comprovativa do valor da execução da reparação, de acordo com o orçamento apresentado.* -----

--- **SUBSTITUIÇÃO DE EMPREITEIRO:** - Presente a informação numero seis/dois mil e cinco, subscrita pela arquitecta Mafalda Sousa, que seguidamente se transcreve: “ASSUNTO: MUSEU ABÍLIO DE MATTOS E SILVA - Substituição de subempreiteiro. -----

A empresa Miu – Gabinete Técnico de Engenharia, Lda., adjudicatária na obra supra mencionada, veio solicitar autorização para substituição do subempreiteiro afecto aos trabalhos das instalações especiais (eléctricas e mecânicas) “ Electro-Instaladora de Carnaxide, Lda.” pela empresa “Luzóbidos – Comércio de Material Eléctrico e Montagens, Lda.”, alegando conveniência resultante da localização da sede da 2.<sup>a</sup>, no concelho de Óbidos, que permitirá um melhor acompanhamento e uma maior celeridade nos trabalhos. -----

No âmbito das competências da fiscalização, informo que a empresa em questão verifica as condições legais da para a execução da obra que lhe será subcontratada, pelo que, pelo disposto no artigo 265.º do Dec-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, a Câmara Municipal de Óbidos, enquanto dono da obra, não poderá opor-se à referida substituição. -----

Assim, deverá ser dado deferimento ao pedido. -----  
À consideração superior.” -----

--- *A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a mudança do subempreiteiro das instalações especiais (eléctricas e mecânicas), na empreitada “Museu Abílio de Mattos e Silva.* -----

--- **CONVERSÃO DO SOLAR DA PRAÇA DE SANTA MARIA PARA MUSEU, LOJA E RESTAURANTE - CONTRATO**

**ADICIONAL:** - Presente a informação numero sete/dois mil e cinco, subscrita pela arquitecta Mafalda Sousa, que seguidamente se transcreve: “ASSUNTO: “**CONVERSÃO DO SOLAR DA PRAÇA DE SANTA MARIA PARA MUSEU, LOJA E RESTAURANTE**” - Contrato adicional relativo à instalação do restaurante-escola. -----

Por ocasião da elaboração do projecto e respectivo orçamento que precederam a obra em epígrafe, não foram incluídos no objecto da empreitada determinados trabalhos referentes ao piso da cave por se entender que, inseridos num conceito global de decoração, ficariam a cargo e ao critério do concessionário do futuro restaurante que se previa ali instalar. -----

No entanto, recentemente, após ter ocorrido já a recepção provisória da referida obra, foi decidido instalar nesse mesmo espaço, um restaurante-escola em parceria com o Centro de Formação Profissional para a indústria alimentar da Pontinha, no contexto da qual deverão ficar a cargo da autarquia as despesas referentes aos seguintes trabalhos: -----

- Acessórios diversos em aço inox para instalações sanitárias dos clientes (valor estimado em 1.148 €); -----

- Pintura dos paramentos interiores das paredes e colocação de tectos falsos em gesso cartonado e respectivos alçapões de acesso à maquinaria de ar condicionado nas salas destinadas a aulas/serviço de refeições (valor estimado em 4.279 €); -----

- Instalação de sistema de iluminação embutida em tecto falso com regulador de intensidade para utilização versátil e alternada entre aulas e serviço de refeições (valor estimado em 9.180 €); -----

- Aplicação de revestimento no pavimento da sala central (valor estimado em 5.000 €); -----

- Colocação de torneiras industriais no espaço da cozinha (valor estimado em 750 €) -----

Em acréscimo, foi também decidido afectar aos serviços do Museu o espaço sito no r/c e anteriormente ocupado pela loja d'Óbidos, pelo que se torna necessário proceder à instalação de rede estruturada e à alteração da instalação eléctrica aí existente (antiga) por forma a viabilizar a obtenção do certificado de conformidade emitido pela CERTIEL para todo o edifício (valor estimado em 4.800 €). -----

Assim, proponho que, com vista a evitar inconvenientes para o dono da obra relacionados com a prestação de garantia da obra, estes trabalhos não sejam técnica e economicamente separados da empreitada e, tal como previsto no artigo 231.º do Dec-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, a sua execução seja feita pelo empreiteiro geral da obra, QUINAGRE – Construções, S.A., ainda que já tenha ocorrido a recepção provisória total dos trabalhos referentes ao contrato inicial e posteriores adicionais já executados. -----

O valor total estimado dos trabalhos a mais aqui propostos, previstos no artigo 26.º do Dec-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, é de **25.157,00 €**, o que corresponde a **6,05%** do valor do contrato inicial, que, adicionado a 9,04% de trabalhos a mais já aprovados perfaz **15,09 %**, não excedendo por isso o limite de 25% imposto no artigo 45.º do mesmo diploma. -----

À consideração superior.” -----

--- *Foi aprovado por unanimidade o contrato adicional à empreitada “Conversão do Solar da Praça de Santa Maria para Museu, Loja e Restaurante”, relativo à instalação do Restaurante-Escola.* -----

--- **CONCURSO EXTERNO PARA PROVIMENTO DE UM LUGAR DE TÉCNICO SUPERIOR ESTAGIÁRIO (LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO)**: - Presente a Acta do júri do Concurso Externo para provimento de um lugar de Técnico Superior Estagiário (Licenciatura em Ciências da Educação), para homologação. -----

--- *Homologada por unanimidade.* -----

--- **PROTOCOLO DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DO MESTRADO DE MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO CULTURAL**: - Foi presente para ratificação o Protocolo de Estágio no Âmbito do Mestrado de Museologia e Património Cultural, celebrado com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo em vista a cooperação mútua por meio de um programa de estágios, no âmbito do III Curso de Mestrado em Museologia e Património Cultural, como complemento de formação, em exercício, dos mestrandos, durante o período de elaboração da respectiva dissertação. -----

--- *Ratificado por unanimidade.* -----

--- **ASSUNTOS EXTRA-ORDEM DO DIA** de expediente geral, de reconhecida urgência de deliberação imediata por todos os Membros do Executivo Camarário:-----

--- **DESPESAS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULO, ORIGINADAS POR ACIDENTE DE VIACÃO OCORRIDO NA CERCA DO CASTELO**: - Na sequência de audiência prévia foi presente carta da Companhia de Seguros Açoreana, solicitando que a deliberação do dia vinte e quatro de Outubro findo, sobre este mesmo assunto, seja novamente analisada. -----

--- *A Câmara deliberou por unanimidade manter a deliberação de indeferimento tomada na reunião do dia vinte e quatro de Outubro, sobre o pedido da Companhia de Seguros Açoreana, para o pagamento das despesas de reparação de veículo, originadas por acidente de viação ocorrido na Cerca do Castelo com o pilar do sistema de controlo de acesso à Vila de Óbidos, tendo em conta o relatório técnico da empresa que forneceu e instalou o citado sistema.* -----

--- **CONSTRUÇÃO DE UMA CHARCA NO SÍTIO DE RIO - USSEIRA**: - Foi presente o ofício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do Ministério do

Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, com o número vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e quatro, datado de vinte e três de Novembro corrente, referência sete mil duzentos e cinquenta e dois/zero cinco - DSGA/DDH, Processo quinhentos e cinquenta e seis/vinte e dois mil e cento e dois, remetendo para afixação quatro exemplares do edital referente à pretensão do Senhor Jerónimo Pires Ribeiro construir uma charca no sítio de Rio, freguesia de Usseira, deste concelho de Óbidos, e solicitando que depois de terminado o prazo legal seja enviada certidão de afixação, bem como qualquer reclamação contra a execução das obras. -

*--- A Câmara depois de ter apreciado convenientemente o assunto, por unanimidade deliberou apresentar reclamação junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, contra o deferimento da pretensão de Jerónimo Pires Ribeiro construir uma charca no sítio de Rio, freguesia de Usseira, por lesar o interesse público, visto que o local para a construção da charca em apreço fica a montante de uma charca pública já existente, que serve sistematicamente centenas de agricultores, tendo tido acrescida importância no último verão por ter abastecido os autotanques dos bombeiros para o combate aos incêndios que deflagraram na zona, com especial incidência na freguesia da Usseira. A Câmara mais deliberou manifestar-se contra o deferimento desta construção em virtude de ser intenção da Junta de Freguesia da Usseira e desta Câmara construir uma barragem com o alargamento da charca pública existente a jusante do local onde o Senhor Jerónimo Ribeiro pretende construir a sua charca, o que, a verificar-se o deferimento do pedido, inviabilizaria a concretização de um projecto de interesse público. -----*

---E por nada mais haver a tratar, pelas vinte horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente acta, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo noventa e dois da Lei cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A, de onze de Janeiro de dois mil e dois.-----

--- E eu, Octávio Manuel Dias Alves, lavrei a presente acta que também vou assinar.-----